



Anais da Assembléia

Nº 125

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB — 12 Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** — 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** — 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** — 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** — 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** — 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido-e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** — 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** — 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

Atos da Presidência:

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, capítulo III, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20 do regimento interno

D E C L A R A:

ATO DA PRESIDÊNCIA N° 008

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete (07) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos Senhores Deputados: Mário Bezerra, Emilia Belinati, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Zuk, Paulo Maia, Heinz Herwig, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Ademar Luiz Traiano, Lourenço Fregonese, Namir Piacentini, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães Filho, Hermas Brandão, Florisvaldo Fier e Ovídio Constantino, na Sessão do dia 24 de outubro de 1994, com fundamento no § 3° do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, num prazo de cento e vinte (120), dias com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no desvio, uso indevido e abuso de poder do cargo de governador do Estado, quando o poder foi exercido pelo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva. A Comissão é constituída por dois (02) Deputados do PMDB e PP. E, por um (01) do PTB, PDT, e PFL, respectivamente.

ATO DA PRESIDÊNCIA N° 009

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete (07) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos Senhores Deputados: Mário Bezerra, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Zuk, Heinz Herwig, Paulo Maia, Nilton Barbosa, Luiz Carlos Alborghetti, Elío Rusch, Luiz Carlos Martins, Antônio Annibelli, Ademar Luiz Traiano, Lourenço Fregonese, Namir Piacentini, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães Filho, Hermas Brandão, Emilia Belinati. Na Sessão do dia 24 de outubro de 1994, com fundamento no § 3° do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, num prazo de cento e vinte (120) dias, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades administrativas na compra de 02 (dois) Helicópteros por parte do Governo do Estado, com recursos indevidos do FUNRESTRAN e FUNRESPOL, no ano de 1992. A Comissão é constituída por dois (02) Deputados do PMDB e PP. E, por um (01) do PTB, PDT e PFL, respectivamente.

Gabinete da Presidência, em 25.10.94

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente em exercício

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 94.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO 1994

(TERÇA, -FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Carlos Simões, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Renato Adur, Toti Colaço e Rossoni (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Cezar Silvestri, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Cleiton Kiesel, Domingos Carvalho, João Preis, Nilton Servo, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães e Severino Félix (12). Achando-se em licença o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM N° 121/94

Curitiba, 20 de outubro de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a área de

terras de propriedade do Estado, localizada no Município de Jacarezinho, com 6.260,00m², objeto de averbação n° 1, da matrícula 2.067, do cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

O plano de lei ora encaminhado consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, uma vez que o referido terreno destina-se à construção de moradias populares, através do programa de casa própria da COHAPAR, para funcionários do 6° Distrito Rodoviário, sediado naquele Município.

Cabe ressaltar que no texto do anexo anteprojeto constam dispositivos expressos no sentido de que a donatária deverá cumprir estritamente com as finalidades a que se destina o referenciado imóvel, assim como o prazo estabelecido para a construção, sob pena de sua automática reversão ao Patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a área de terras localizada no Município de Jacarezinho com 6.260,00m², objeto da averbação n° 1, da matrícula 2067, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho, com a seguinte descrição: Partindo-se do KM 22+626,00m no eixo da Rodovia Federal BR-153 do contorno de Jacarezinho, com um rumo de 57°30'NO e distância de 31,00m encontra-se a Estação O=PP, ponto de partida do referido lote. Desta segue-se com rumo de 50°00'SO, delimitando com a Rodovia citada a uma equidistância de 30m (faixa de domínio), numa extensão de 177,90m determinando-se assim a estação O1, desta segue-se com rumo de 25°00'NE, paralelo à estrada de acesso a Jacarezinho numa extensão de 170,00m determinando-se assim a estação O1-A. Desta segue-se com rumo 59°30'SE, confrontando com o lote B de propriedade do Estado do Paraná numa extensão de 40,00m determinando-se assim a estação O4. Finalmente desta com rumo de 57°30'SE, confrontando com terras dos herdeiros do Espólio de D. Matilde M. Melco, numa extensão de 33,50m até a estação O-PP.

Art. 2° - O imóvel de que trata o art. 1° desta Lei será utilizado pela COHAPAR para construção, no prazo de 01 (um) ano, de moradias populares, retornando automaticamente ao patrimônio estadual em caso

do não atendimento do objetivo e do prazo estabelecido.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 122/94

Curitiba, 21.10.94.

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do Art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná, o imóvel constituído pelos lotes n° 3, 4 e 5, da quadra n° 2, da Planta de Subdivisão do lote colonial n° 32, da planta Fazenda Boqueirão, situado no Bairro Boqueirão, nesta Capital, com área total de 1.085,00 m², contendo edificação em madeira, e de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme transcrição n° 1.767, do livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da 7ª Circunscrição Imobiliária da Comarca da Capital.

A medida legal ora submetida a essa colenda Casa, justifica-se plenamente, tendo em vista, informação da FUNDEPAR, de que o mesmo encontra-se em desuso, pelo fato de uma escola ali antes existente ter sido transferida para outra localidade e que a área em questão é incompatível para a construção de uma nova unidade escolar, manifestando-se, portanto, favoravelmente à questionada cessão.

Por sua vez, a União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná, necessita do imóvel para instalar o Grupo Escoteiro Nossa Senhora das Vitórias, que não dispõe de sede própria para o exercício de suas atividades.

Vale ressaltar que a entidade em referência é organizada sob a forma de sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos e devidamente reconhecida de utilidade pública estadual, através da Lei n° 7.941, de 08 de novembro de 1984, pelo notório caráter educacional, cultural, benéfico e filantrópico, de que se reveste.

Cabe, ainda, destacar o fato de o anteprojeto de lei em referência conter dispositivo no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para a finalidade prevista, sob pena de automático cancelamento da cessão, que durará até 31 de dezembro de 1994, podendo ser prorrogada, mediante consenso entre as partes, pelo

tempo de mais 4 (quatro) anos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a ceder à União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná, o imóvel constituído pelos Lotes n.ºs 3, 4 e 5 da Quadra n.º 2, da Planta de Subdivisão do Lote Colonial n.º 32, da Planta Fazenda Boqueirão, situado no Bairro Boqueirão, nesta Capital, com área total de 1.085 m.², contendo edificação em madeira, e de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme o que consta na transcrição n.º 1767, do Livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da 7.ª Circunscrição Imobiliária da Comarca da Capital.

Art. 2º - O imóvel de que trata o Art. 1º, desta Lei será utilizado pela União dos escoteiros do Brasil - Região do Paraná, exclusivamente para instalação e funcionamento do Grupo Escoteiros Nossa Senhora das Vitórias, tendo esta cessão duração até 31.12.94, podendo ser prorrogada, mediante consenso entre as partes, por mais 4 (quatro) anos, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando ainda, a União dos Escoteiros, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo sem direito a futuro ressarcimento.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Assembléia Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 2324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 315/94, Mens. n.º 104/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N.º 2325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 312/94, Mens. n.º 109/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N.º 2326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 336/94, Mens. n.º 115/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N.º 2327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 334/94, Mens. n.º 113/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N.º 2328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 337/94, Mens. n.º 113/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N.º 2329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 182, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proj. de Lei n.º 344/94, mens. n.º 118/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) JOSÉ TAVARES

Curitiba, terça, em 25.10.94

REQUERIMENTO N° 2330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 345/94, Mens. n° 116/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 346/94, Mens. n° 117/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 313/94, Mens. n° 101/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 090/94, Mens. n° 111/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 089/94, Mens. n° 108/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 088/94, Mens. n° 107/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 087/94, Mens. n° 106/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 086/94, Mens. n° 105/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 063/94, Mens. n° 078/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 064/94, Mens. n° 079/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 065/94, Mens.

n° 080/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 066/94, Mens. n° 081/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 067/94, Mens. n° 082/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2343

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 068/94, Mens. n° 083/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 069/94, Mens. n° 084/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 070/94, Mens.

n° 085/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 071/94, Mens. n° 086/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 072/94, Mens. n° 087/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2348

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 073/94, Mens. n° 088/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 074/94, Mens. n° 089/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2350

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Proposição n° 075/94, Mens.

Curitiba, terça, em 25.10.94

n° 090/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para a Proposição n° 076/94, Mens. n° 091/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para a Proposição n° 077/94, Mens. n° 092/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para a Proposição n° 078/94, Mens. n° 093/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para a Proposição n° 079/94, Mens. n° 094/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2355

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência para a Proposição n° 080/94, Mens. n° 095/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para a Proposição n° 081/94, Mens. n° 096/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para a Proposição n° 082/94, Mens. n° 097/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para a Proposição n° 083/94, Mens. n° 098/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2362

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à Associação Profissional das

Empregadas Domésticas de Santa Zita, pela comemoração das Bodas de Ouro ocorrida em 18 de setembro do corrente. Fundada em 07/07/1944, por um grupo de 30 (trinta) pessoas que se reuniam com a finalidade de prestar assistência filantrópica para as empregadas domésticas.

Adotaram sempre um ideal cristão e como eram devotas de Santa Zita, a associação tem seu nome. Por muitos anos teve a Igreja do Senhor Bom Jesus como sede e depois de muito esforço conseguiram adquirir uma casa, localizada no bairro do Uberaba de Cima, na qual até os dias de hoje está estabelecida. Atualmente há mais ou menos 60 (sessenta) associadas, as quais se reúnem uma vez por semana para debaterem assuntos relacionados com essas profissionais tão amigas das famílias, bem como para promoverem bingos e promoções que ajudam na manutenção da associação.

Deve-se ainda destacar o belo trabalho da Senhora Eulália Ventura, que com muito amor e dedicação, vem dirigindo por longos anos, esta casa que acolhe todas as empregadas domésticas com muito carinho. Estendemos estes cumprimentos a todas as associadas, pelas quais toda a comunidade deve muito respeito e admiração.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2370

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Padre José Bertanha, C. Cs.R., digníssimo assessor de imprensa do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida. Deve-se este registro ao seu excelente trabalho naquele maravilhoso Centro de Fé Cristã, de maneira competente, eficaz, atendendo com muita simpatia e cortesia a todos os profissionais de imprensa que lá chegam, notadamente no dia da Padreira.

Sou profissional de rádio e há mais de 10 (dez) anos transmito a festa de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e sempre mereci as melhores atenções.

Todo o Brasil, toda a família católica brasileira acompanha e testemunha sua fé na Padroeira do Brasil, graças aos órgãos de imprensa, que têm seu trabalho permanentemente facilitado pela Assessoria competente do Santuário, dirigida pelo Padre José Bertanha. Esta Casa, traduzindo o pensamento das famílias católicas do Paraná, manifesta-se através deste registro.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jackson Baduy, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros ao Hospital de Caridade Doutora Darcy Vargas, localizado no Município de Rebouças, para aquisição de materiais e equipamentos.

Trata-se de justa reivindicação, pois este Hospital se encontra carente de equipamentos e materiais essenciais ao seu funcionamento, expondo seus pacientes a infecção hospitalar. Sendo que, o objetivo é oferecer um atendimento seguro e eficaz no tratamento dos pacientes do município.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Newton Grein, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção e implantação de uma escola oficina no município de Inácio Martins.

Trata-se de antiga reivindicação das lideranças do município que preocupados com o destino e futuro dos menores carentes, visam oferecer através da escola oficina, um ensino profissionalizante, levando aos meninos de rua, uma possibilidade de emprego e de uma vida melhor.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2363

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria da Educação, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos residentes em Botiatuvinha, os quais solicitam que o pré-primário não seja retirado das escolas estaduais. Afirmam eles que há muito mais escolas estaduais e que as municipais ficam mais retiradas, ficando muito difícil o deslocamento dos alunos, uma vez que são alunos de pouca idade e que necessitam o acompanhamento dos pais.

Sala das Sessões, em 25.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2364

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Avenida Comendador Franco, proximidades do n° 6.050, localizada no Conjunto Parque das Torres - Uberaba, os quais solicitam que seja sanado o problema da água suja que chega nas casas, encardindo completamente as roupas quando lavadas, além de ser muito prejudicial à saúde da população. Afirmam eles que para utilizarem a água para cozinhar os alimentos e para outros fins, têm que esperar para a sujeira assentar no fundo do tanque e da caixa d'água.

A situação é crítica e necessita urgentemente de providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 25.10.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2365

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores à Rua Filodreudos - Jardim Boa Vista I, os quais solicitam que o caminhão de lixo passe pelo menos duas vezes nessa rua. Afirmam eles que o caminhão passa somente na quarta-feira, em consequência o lixo fica acumulado e causa muitos transtornos a todos.

Pedem que o pedido seja atendido, pois com a chegada do calor a situação piora ainda mais.

Sala das Sessões, em 25.10.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2366

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, os quais solicitam que sejam executados reparos nas ruas do Município.

O pedido está sendo feito pelos moradores, sendo que as ruas estão todas cheias de buracos, causando muitos transtornos para toda a população. Pedem que seja sanado esse problema, antes que se agrave ainda mais.

Sala das Sessões, em 25.10.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2367

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Fortaleza - Bairro Jardim Jalisco, os quais solicitam que a Prefeitura troque as placas dessa rua, a qual era denominada de Rua Rio Grande do Norte e que mudou de nome. Afirmam os moradores que há três anos que o nome da rua foi mudado, porém as placas antigas ainda não foram trocadas, causando muitos transtornos, principalmente no que se refere a correspondências.

Pedem que o pedido seja atendido, uma vez que toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 25.10.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2368

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores à Rua das Hortências, proximidades do n° 386 - Jardim Boa Vista I - Almirante Tamandaré, os quais solicitam a recolocação dos aparelhos telefônicos públicos que foram retirados do bairro. Os moradores não entendem o porquê da retirada, uma vez que era de grande utilidade para todos e está fazendo muita falta para todos.

Sala das Sessões, em 25.10.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2369

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Arapotí - Bairro Guaraituba, os quais solicitam atendimento dentário no Centro Social de Guaraituba.

Pedem os moradores que seu pedido seja atendido uma vez que será um benefício muito grande para os usuários do posto.

Sala das Sessões, em 25.10.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 356/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Bonito, com sede e foro no Município de Campo Bonito.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.94

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Campo Bonito tem por finalidade desenvolver ações que concorram para o atendimento simultâneo da criança, especialmente na área de educação, saúde e nutrição. A documentação que acompanha o presente Plano de Lei preenche os requisitos da legislação que regulamenta a matéria, merecendo assim a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 357/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP-BR-PR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.94

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei ora apresentado, vem de encontro aos anseios de nossa comunidade, em se tratando a Entidade, de um órgão de suma importância, tendo em vista a realização de diversos programas, eventos, seminários, etc., visando sempre aprimorar o atendimento às crianças da faixa etária compreendida entre 0 e 6 anos, criando uma situação de completa harmonia entre o educando e o educador.

A OMEP - Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar, vem desenvolvendo um trabalho voltado também às Associações Municipais, Entidades Públicas e Privadas, com o objetivo de fortalecer ainda mais, o bom atendimento prestado às crianças (indiretamente), ou seja: oferecendo ao professor pré-escolar cursos, palestras e seminários, com o intuito de capacitar recursos humanos, os quais possuem extrema importância nesta área.

Dado a importância do projeto em tela é que pedimos a colaboração dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para a aprovação do referido projeto.

PROJETO DE LEI Nº 358/94
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora Anita Gaspari Albuquerque.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.94

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Anita Gaspari Albuquerque nasceu na cidade de Ponta Grossa, Paraná, em 21 de junho de 1907. Já adolescente, residindo com seus pais em União da Vitória, conheceu Francisco Ferreira Albuquerque, um dos maiores pioneiros da história de Campo Mourão, com quem se casou e teve 13 filhos. Corajosa e destemida, D. Anita acompanhou seu marido pelo interior do Paraná, vindo a fixar residência em Campo Mourão, onde chegaram em 29 de junho de 1936. Dentre suas muitas atividades sociais, exerceu as funções de parteira durante sua vida inteira, ajudando centenas de crianças a virem ao mundo. Companheira fiel de seu marido, esteve sempre ao seu lado na luta desenvolvimentista da região de Campo Mourão.

Quando essa região ainda era considerada inóspita, onde os meios de locomoção e transportes constituíam-se de cavalos e carroças que cortavam a área por caminhos estreitos e picadas, D. Anita enfrentou com galhardia muitos sacrifícios a fim de lá permanecer.

Hoje, aos 87 anos de idade, D. Anita Gaspari Albuquerque é a personificação dos maiores baluartes morais, legítima representante viva do pioneirismo de Campo Mourão e parte inalienável da história dos grandes desbravadores do Estado.

Pelo exposto, entendemos ser de direito a concessão do título de Cidadã Honorária do Paraná a este grande vulto da história de Campo Mourão e Região.

PROJETO DE LEI Nº 359/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Prefeitura Municipal de Janiópolis o imóvel constituído pelo lote urbano nº 08 da quadra nº 02, com área de 480 m², nesta cidade, pertencente ao Estado do Paraná, conforme matrícula nº 14.941 do CRI da Comarca de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.94

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

É de grande interesse social a presente proposição face de que o mencionado imóvel estar praticamente sem uso por parte do estado.

Convém salientar, por essencial que no local funcionava a Agência de Rendas fechada há mais de 03 anos e atualmente funciona o Escritório Local da EMATER e o Departamento Municipal de Educação e Cultura.

Insta informar ainda, que o Escritório Local da EMATER será transferido para prédio próprio, ora em fase de acabamento.

Diante do exposto, é que se objetiva a doação do mencionado imóvel à Prefeitura Municipal de Janiópolis, por ser medida de relevante valor social e, que contará, certamente, com a aprovação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 360/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Prefeitura Municipal de Janiópolis, o imóvel urbano constituído de lote urbano n° 5-A1-1, subdivisão do lote n° 5-A da Gleba n° 9 da Colônia Goioerê, neste Município, pertencente a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, conforme transcrição n° 47.970 do CRI da Comarca de Campo Mourão.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.94

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente proposição, pelo fato de que o mencionado imóvel já é ocupado por órgão municipal, no caso a Escola Municipal Nelson Hungria.

Desta forma, diante da situação atual de carência de recursos por parte da municipalidade, nada mais coerente do que ceder a Prefeitura Municipal de Janiópolis o imóvel descrito no projeto de lei em anexo, mormente tendo em vista que este está sendo utilizado para o fim ao qual foi construído.

Certo da aprovação pelos nobres Pares da presente proposição, face a essencialidade a ela intrínseca, é que a apresentamos a vossa apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Não havendo oradores no Pequeno e nem no Grande Expediente, no Horário das Lideranças concedo a palavra ao PT, Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

No ano passado esta Assembléia viveu uma CPI da Polícia Militar do Estado do Paraná, CPI esta solicitada por nós e aprovada pelos Srs. Deputados.

Em função das denúncias feitas pelo Sargento José Aparecido Luiz da Silva, foi que solicitamos esta CPI, que chegou a sua conclusão, não a melhor conclusão como desejávamos, mas tivemos uma. Em função daquelas denúncias, o Cel. Capriotti, Comandante da Polícia Militar do Paraná, mandou instaurar um conselho de disciplina militar. Visava, através deste Conselho, punir o Sargento Aparecido. Concomitantemente a isto, através de sua advogada o Sargento entra na Justiça com um Mandado de Segurança, e diz neste Mandado que inúmeras irregularidades estavam ocorrendo naquele Conselho Disciplinar Militar, e uma delas era que o Cel. Capriotti, como Comandante da Polícia Militar tinha o poder de designar os membros do Conselho, tinha o poder depois de discordar da posição do Conselho e mais, poderia punir, independente da posição do Conselho. Ou seja, o único e supremo julgador seria o Cel. Capriotti.

Por esta razão, pedia o Sargento uma liminar suspendendo os trabalhos do Conselho. Tal liminar não foi obtida; o Conselho de Disciplina Militar decidiu que o sargento era culpado e assim o Cel. Capriotti expulsou-o da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Ainda, paralelo a estes fatos, o processo judicial prosseguiu junto ao Tribunal de Justiça e o Sargento passou a alegar que lhe foi negado o direito de defesa, durante a tramitação do Conselho Disciplinar. Em função dessa alegação e de outras mais, escreve a Sra. Juíza que julgou o processo, a Dra. Ane Marie Gus Ceraño, na folha 649 do processo.

Diz ela (Lê):

"Necessário era lhe facultar possibilidades de provar que tais não eram falsos, pois assim, não estaria procedendo ardilosamente, mas em prol do saneamento das máculas da PMPR, e contribuindo para melhorar a imagem da Polícia Militar do Paraná perante a sociedade paranaense e quiçá, brasileira.

Se irregularidades existem, estas devem ser devidamente apuradas. E o primeiro grande interessado seria a própria Administração da Polícia Militar, sem qualquer receio de que a verdade material exsurja, em prol dos interesses da coletividade, que quer uma polícia militar eficaz, honesta e proba, verdadeiro exemplo de conduta 'interno e externo corporis'.

Contudo não é o que se enxerga dos autos, onde provas fundamentais foram cercadas, impedindo o impetrante de produzi-las, a bem de sua defesa - em primeiro plano, e de toda Corporação Militar, que

só lucraria com a descoberta da verdade."

Prossegue, também, ainda, a Senhora Juíza na Folha 653: "A boa imagem social da Polícia Militar se faz através da devida apuração de qualquer denúncia, não da punição de quem denunciou, e há existência de indícios de fraudes na Administração da Polícia Militar."

Naquela ocasião, na sua defesa, o sargento fez uso do material solicitado e arrecadado e dos depoimentos dados na CPI da Polícia Militar nesta Casa de Leis.

Em função de todos os fatos relatados pelo sargento, em função de vários fatos colocados na CPI da Polícia Militar, e em razão da Polícia Militar do Paraná, através do Cel. Miguel Arcanjo Capriotti ter impedido a apuração das denúncias, a Senhora Juíza decretou como nulo o processo administrativo do Conselho Disciplinar da Polícia Militar do nosso Estado, e assim, o sargento Aparecido foi reintegrado à tropa da Polícia Militar, porque quando ele fez aquelas denúncias ele tinha certeza de que muitos daqueles fatos eram verdadeiros e deviam ser apurados.

No entanto, a Polícia Militar o impediu e, a posteriori, o relatório da CPI votado neste Parlamento não foi o verdadeiro relatório que desejávamos, mas sim um relatório ameno que inocentava Capriotti, que agora a Juíza nos diz que não é tão inocente, que melhor do que dizer que não tem provas que possam dizer que é crime, não significa que não há crime quando há falta de provas; o crime existia, poderia não ter a prova.

Tanto é que, inocentado foi o Coronel, como foi o sargento Aparecido sendo reintegrado à tropa da Polícia Militar do Estado do Paraná, o que demonstra que as suas denúncias, muitas delas verdadeiras e que este Parlamento, em dado momento, na hora de aprovar o relatório também falhou porque existia relatório mais real, mais sério e mais concreto a respeito daquelas denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Ainda no Horário das Lideranças, PDT, PMDB, PSDB, Liderança do Governo.

(Todas declinam).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Dr. Ulysses Guimarães, com sede e foro em Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Rainha da Paz de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel - PR. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/94, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação do Menor de Rua de Paranavaí, no Município de Paranavaí - PR. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Leocádio José Correia, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/94, de autoria do Deputado João Preis, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Engenheiro Ayrton João Cornelsen. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/94, de autoria do Elío Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa da Sopa Amor e Caridade, com sede e foro no Município de Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

Curitiba, terça, em 25.10.94

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 017/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que altera o art. 1°, quanto ao nome do município, da Resolução n° 009/92, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do município que passa a denominar-se Ariranha do Ivaí, desmembrado do Município de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento n° 2359 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2324 a 2332, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2333 a 2358, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2360 e 2361 de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2362 a 2370 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

A Presidência anuncia a presença em Plenário, do Senhor Nelson Turek, da região de Campo Mourão, nosso futuro colega, Deputado eleito pelo PDT, bem como do Prefeito de Lousiana, Senhor Monegatti.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, marcando outra para quarta-feira dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s: 038, 045, 047, 051, 057, 062 e 085/94.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 421/92.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 295/92, 745/93, 213 e 219/94.

Levanta-se a sessão.